



A formação em serviço social diante dos desafios do ensino superior brasileiro

Social work education in the face of the challenges of Brazilian higher education

Maurem de Castilhos*

 <https://orcid.org/0009-0000-2660-023X>

RESUMO

Fundamentado no método materialista histórico-dialético, com base em pesquisa bibliográfica e documental, este artigo analisa os desafios do Ensino Superior brasileiro e seus impactos na formação em Serviço Social. A investigação parte de vivências pessoais e coletivas da autora, articuladas ao percurso do Movimento Estudantil e às lutas das entidades da categoria, somadas à análise de produções publicadas na Revista Temporalis entre 2012 e 2022. O texto retoma aspectos históricos da formação em Serviço Social, destacando a disputa de projetos societários que se materializam no espaço acadêmico, os efeitos da mercantilização da educação e da expansão do ensino a distância, bem como as estratégias coletivas de enfrentamento, especialmente a defesa do projeto ético-político e das Diretrizes Curriculares. O estudo aponta para a urgência de fortalecer a luta por uma formação pública, crítica e emancipadora, que se articule a processos mais amplos de resistência contra o capitalismo e suas expressões.

PALAVRAS-CHAVE

Ensino Superior no Brasil; Formação em Serviço Social; Projeto ético-político.

ABSTRACT

Grounded in the historical-dialectical materialist method, based on bibliographic and documentary research, this article analyzes the challenges of Brazilian higher education and its impact on Social Work education. The investigation draws on the author's personal and collective experiences, articulated with the Student Movement and the struggles of professional entities, combined with the analysis of papers published in Revista Temporalis between 2012 and 2022. The text revisits the historical trajectory of Social Work education, highlighting the dispute of societal projects materialized within academia, the effects of the commodification of education and the expansion of distance learning, as well as collective resistance strategies, especially the defense of the ethical-political project and the Curricular Guidelines. The study points to the urgency of strengthening the struggle for a public, critical, and emancipatory education, articulated with broader processes of resistance against capitalism and its expressions.

KEYWORDS

Higher Education in Brazil; Social Work Education; Ethical-political project.

*Assistente Social. Bacharel em Serviço Social pela Universidade de Caxias do Sul (UCS, Caxias do Sul, Brasil). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade de Caxias do Sul (UCS, Caxias do Sul, Brasil). E-mail: mcastilhos3@ucs.br

DOI 10.22422/temporalis.2026v26n51p276-291



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2026 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

Introdução

O presente artigo resulta de uma pesquisa realizada em 2023, motivada pelos desafios vivenciados pela autora durante sua graduação em Serviço Social no ensino superior brasileiro. Parafraseando Prates (2004, p. 125), a escolha pelo tema da pesquisa deve fazer sentido, ter significado para o pesquisador, significa ter disposição em conviver com ela por (talvez) um longo tempo, sendo necessário estarmos dispostos a ressignificá-lo quantas vezes for preciso, nos reconhecendo e nos apaixonando por ele.

Essa escolha reflete vivências pessoais e coletivas, incluindo o ingresso da pesquisadora em uma universidade comunitária pelo Programa Universidade para Todos (ProUni), sua atuação no Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS), na Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e no Movimento por uma Universidade Popular (MUP). Suas bandeiras de luta tratam do acesso integral e gratuito ao ensino superior, a gestão universitária pela classe trabalhadora, o fim dos vestibulares, a ampliação de vagas, a criação de campi em regiões afastadas e a garantia de permanência para todos os estudantes. Essa militância, somada à experiência como trabalhadora-estudante, evidenciou dificuldades estruturais: precarização e mercantilização do ensino, mensalidades altas, vestibulares seletivos, oferta restrita de turnos, e ausência de políticas que viabilizem a permanência de mães estudantes.

Nesse contexto, inserem-se os Cursos de Serviço Social, que são impactados diretamente tanto por conta de sua inserção no Ensino Superior quanto na sociedade capitalista. Ora, se a profissão do Serviço Social emerge da Questão Social, a qual está diretamente relacionada ao capitalismo, e, ao mesmo tempo, intervém no enfrentamento das expressões produzidas por tal sistema, em uma breve lógica, o Serviço Social e Capitalismo são indissociáveis. Nesse sentido, e considerando a realidade dos cursos hoje, ou o capitalismo segue minando a formação profissional, ou a profissão se “fortalece e respalda as ações profissionais na direção de um projeto em defesa dos interesses da classe trabalhadora e que se articula com outros sujeitos sociais na construção de uma sociedade anticapitalista” (CFESS, 2012, p. 14).

Diante disso, o objetivo geral deste estudo é identificar desafios da atual configuração do ensino superior no Brasil e seus impactos na formação em Serviço Social, e como a categoria profissional constrói estratégias de resistência. Segundo Lakatos e Marconi (2001), o objetivo “[...] está ligado à uma visão global e abrangente do tema. Relaciona-se com o conteúdo intrínseco, quer dos fenômenos e eventos, quer das ideias estudadas.” (Lakatos; Marconi, 2001, p. 102). Além disso, metodologicamente, utilizou-se o método materialista histórico-dialético, que, conforme Alves (2010) “É uma tese do marxismo, segundo a qual o modo de produção da vida material condiciona o conjunto da vida social, política e espiritual. É um método de compreensão e análise da história, das lutas e das evoluções econômicas e políticas.” (Alves, 2010, p. 3).

Dessa forma, é impossível desvincular o trabalho escrito, ou qualquer outra construção no processo de graduação e/ou atuação profissional, da realidade social, trabalhando a articulação das categorias: historicidade, totalidade e mediação, entendendo que os fatos

não se dão de forma isolada, mas sim, vinculados ao passado e presente que os constitui e às outras vivências humanas, econômicas e biopsicossociais que perpassam a formação fora das instituições de ensino.

Para a pesquisa, elegeu-se como fonte de consulta a Revista Temporalis, um importante periódico da área de Serviço Social organizado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) — entidade profissional que coordena e articula o projeto de Formação em Serviço Social no âmbito da graduação e pós-graduação. A pesquisa foi realizada de forma on-line, no sítio eletrônico da revista, utilizando o descritor “Formação Profissional” e do demarcador temporal entre 2012 e 2022. A busca encontrou 76 artigos com o descritor selecionado, totalizando o contingente inicial de trabalhos para avaliação da sua utilização. Os achados foram submetidos a critérios de exclusão/inclusão de artigos para posterior análise. A partir desses critérios, dos 76 artigos, 25 foram selecionados para a análise a ser apresentada neste trabalho, especialmente ao que se refere aos desafios e estratégias apontadas pela categoria profissional à formação em suas produções.

Para ilustrar esse processo de pesquisa bibliográfica, apresenta-se na Tabela 1 o percurso realizado.

Tabela 1: Resultados da pesquisa bibliográfica.

Pesquisa/Seleção	Descritor	Quantidades
1ª Busca	Descritor “Formação Profissional”	76 Artigos
Crítérios de Seleção 1	Descritores “Formação Profissional”, “Formação em Serviço Social” e “Formação” no título	41 Artigos
Crítérios de Seleção 2	Exclusão de artigos particulares (específicos de Instituições de Ensino Superior - IES, Cursos, região, temática)	16 Artigos
Total de Trabalhos para análise		25 Artigos

Fonte: elaborada pela autora com base no site da Revista Temporalis (jun. 2023).

Os artigos foram organizados, lidos e sistematizados para identificar desafios e estratégias de resistência relacionados à formação profissional em Serviço Social. Vale ressaltar que, além desses textos, utilizaram-se materiais complementares da trajetória acadêmica da pesquisadora e documentos das entidades da categoria.

Sobre a pesquisa documental utilizada, que muito se assemelha à bibliográfica, Gil (2002, p. 45) aponta que a diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Na “pesquisa bibliográfica se utiliza das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, já a documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”.

Os materiais coletados e utilizados na pesquisa documental são componentes dos sites oficiais das entidades da categoria, bem como da vivência e construção prática da ENESSO por parte da pesquisadora. Nesta pesquisa, foram consideradas algumas notas de posicionamento das entidades em redes sociais, destacando principalmente a defesa da formação profissional e as críticas e considerações levantadas acerca do Ensino Superior, além de outras informações pontuais e pertinentes que foram localizadas. Também se utilizou de outros sites oficiais, como e-MEC, Planalto e sites dos Ministérios, como fontes de informação.

Apresentando os desafios postos ao Ensino Superior no Brasil a partir dessa pesquisa, o tópico a seguir apresentado neste artigo explicita os resultados identificados durante o processo de construção, sendo estes a construção teórica da categoria profissional com base nos estudos publicados pela Revista Temporalis no recorte 2012 a 2022, destacando os desafios na área profissional e as estratégias de resistência construídas frente a eles.

A formação profissional em foco: desafios do Ensino Superior e as respostas da categoria

Neste primeiro momento são apresentados os desafios postos à Formação em Serviço Social, identificados na pesquisa bibliográfica realizada na Revista Temporalis entre os anos 2012 e 2022, a partir de 25 artigos selecionados. Por meio de um levantamento nos artigos, sem quantificar repetição na mesma bibliografia, identificou-se um total de 55 desafios, os quais foram contabilizados e dispostos na Tabela 2, com destaque aos 10 mais citados.

Tabela 2: Desafios apresentados à formação em serviço social.

Desafio identificado	Artigos Citados	%
Capitalismo	25	100%
Questão Social	19	76%
Privatização da Educação	18	72%
Mercantilização da Educação	17	68%
Ensino à Distância	16	64%
Conservadorismo	14	56%
Neoliberalismo	14	56%
Precarização das Relações de Trabalho	14	56%
Expansão Universitária	13	52%
Precarização da Educação	13	52%
Outros (45 desafios)	2*	12,8%*

Fonte: elaborada pela autora com base na seleção de artigos contidos no Apêndice I do TCC que originou este artigo (jun. 2023).

*calculada a média sobre o número de artigos que são citados os desafios.

Na Tabela 2, é possível identificar que os dez desafios mais citados nos artigos estão localizados em pelo menos metade das produções, enquanto os demais se apresentam, em média, em pouco mais de três dos trabalhos ou 12,8% das produções totais. Essa

questão pode ser um registro de evidência das múltiplas demandas apresentadas ao Ensino Superior brasileiro e vivenciadas, principalmente, pela classe trabalhadora que acessa, ou tenta acessar, as IES em qualquer que for a natureza da instituição.

Inicia-se essa contextualização a partir do desafio mais citado entre os artigos, o **capitalismo (25)**. Este que desmembra todos os desafios impostos, perpassando por todos os artigos avaliados nesta construção e que caracteriza o motivo da existência de todos os desafios acerca do Ensino Superior e dos desafios mais gerais e específicos da vida particular da classe trabalhadora. A partir disso, são apresentados os demais desafios mais destacados dentre os artigos, pincelando sobre os outros que se apresentaram poucas vezes.

Sobre a **questão social (19)**, intrinsecamente relacionada ao **capitalismo** justamente por ser definida como conflito entre capital e trabalho, é citada nestas produções como sendo uma demanda profissional a ser trabalhada, cujas expressões impactam diretamente a classe trabalhadora. Ainda, lamamoto (2001) entende que a produção/reprodução da questão social assume expressões históricas e “[...] mediatizadas por relações de gênero, características étnico raciais e formações regionais [...] em processo denso de conformismos e rebeldias, forjado ante as desigualdades sociais” (lamamoto, 2001, p. 17). Dessa forma, a vivência dessas expressões atravessa as relações em seus mais diversos tipos, potencializando as desigualdades presentes no capitalismo, limitando a inserção ou permanência do Ensino Superior, além de incidir na produção de conhecimento acerca do tema. Além do mais, é a disputa entre capital e trabalho que incide na disputa pelo fundo público, o que também repercute no (des/sub)financiamento do ensino superior nas IES públicas ou privadas.

Nesse contexto estrutural do sistema capitalista, uma das políticas de governo que vem sendo desenvolvida desde o governo de Fernando Henrique Cardoso - FHC (1995–2002), é o **neoliberalismo (14)**, que segue sendo implementado nos governos petistas, e que, ao mesmo tempo que materializa, também dissolve direitos, contribuindo para a **manutenção da ordem capitalista (6)**.

Diante disso, faz-se importante destacar o trinômio do neoliberalismo, descrito pelas autoras Behring e Boschetti (2008), quais sejam: a *focalização*, a *descentralização* e a *privatização*. A partir dessas condições impostas, é que se parte para o restante da apresentação dos desafios inerentes à formação, que inicia pelo processo de **mercantilização da educação (17)**, o qual ocorre de forma simultânea com a sua **precarização (13)** e **privatização (18)**.

Sobre esses desafios já se discorre também acerca de todas as **contrarreformas da educação (13)** que ocorreram desde a regulamentação da primeira IES e que se seguiu de forma gradual, entre avanços e retrocessos, da implementação de políticas que materializam tais desafios. Vale ressaltar, com base nos fundamentos estudados precisamente na própria formação acadêmica em Serviço Social, que: a) a Educação Superior foi criada para suprir demandas da classe dominante, portanto, não era acessível à classe trabalhadora desde sua fundação; b) quando se começa a estruturar as IES para receber, mesmo que em baixa quantidade, estudante-trabalhadores, entra o período de

ditadura, a qual restringiu o acesso novamente, desta vez com a obrigatoriedade de vestibulares e outros critérios seletivos, permitindo que a educação passe a ser vista e considerada uma mercadoria; c) um tempo após o período ditatorial, muitas lutas sociais foram travadas, a categoria profissional encontrava-se articulada, e mudanças começaram a acontecer: construiu-se um Projeto Ético-Político Profissional que pretende romper com o tradicionalismo/**conservadorismo** (14) e a educação agora era garantida pela Constituição Federal como direito.

Tais acontecimentos foram reais, com muitos esforços e fracassos, mas foram. No entanto, com a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (7)** de 1996, promulgada e dentre seus tantos artigos que balizam a educação básica, contém o artigo que cria a brecha para a formação de escolas e IES privadas — por esse motivo a LDB é vista neste trabalho como um desafio, uma vez que abre possibilidades que precarizam ainda mais o Ensino Superior brasileiro. Além disso, ao mesmo tempo que prevê autonomia dos cursos com a substituição de currículos mínimos pelas diretrizes curriculares, também torna a formação vulnerável frente às contrarreformas operadas no Ensino Superior. Tais contrarreformas surgem no sistema educacional brasileiro a partir da “importação” do modelo de educação europeu, este que foi chamado de Reforma de Bolonha, que intensificou a competitividade no Ensino Superior, além disso, segundo a autora Nascimento (2022) o processo de Bolonha

foi pensado para impulsionar a mobilidade estudantil, tornando a educação europeia mais competitiva e atrativa. Os críticos dessa Reforma denunciam um paradigma de educação superior, onde os processos educativos de avaliação e gestão da Universidade são inspirados numa lógica gerencial empresarial e mercantil (Nascimento, 2022, p. 87).

A partir disso, há uma **expansão universitária (13)** desenfreada, com a fundação de diversas instituições em cidades mais afastadas, mas quase nenhuma pública. Essa privatização em massa passa a gerar lucro aos grandes financiadores, que passam a investir cada vez mais capital privado na educação, inclusive por parte dos governos que estão na gestão do país.

Os governos neoliberais veem na educação uma grande oportunidade de compra e venda e geração de capital *fácil* e a partir disso fazem o que já se espera (hoje): a construção de programas sociais para acesso da classe trabalhadora ao Ensino Superior, como o Programa Universidade para Todos – **PROUNI (5)** e o Fundo de Financiamento Estudantil – **FIES (5)**. No entanto, esses programas englobam apenas as IES privadas, ignorando as condições materiais e subjetivas do acesso para além das mensalidades e o superendividamento de estudantes-trabalhadores. Isso é, passa-se a investir recursos públicos em IES não públicas, precarizando as instituições federais e ampliando cada vez mais as instituições que vendem cursos de formação. Dentre os cursos *vendidos* encontram-se os de Serviço Social, que apesar da luta, não conseguiu fugir da realidade de inserção na conjuntura e estrutura capitalista do Brasil.

Essa mercantilização do ensino, de forma regulamentada em lei no ano anterior (2006), encontra aquilo que virá a ser o maior aliado do capital e das instituições privadas de todos os tempos: o **Ensino a Distância (16)** — sobre tal modalidade de ensino, também são apresentados dados e considerações acerca das suas contradições e ameaças à Educação.

A partir disso, não só há um crescimento massivo de cursos, matrículas e vagas nas IES, como a maior parte dessas IES é privada e oferece cursos no formato remoto. Dentre os dados apresentados na Tabela 3, Iamamoto (2010) destaca que 84% das vagas oferecidas para o Curso de Serviço Social situam-se em instituições privadas, sendo somente 16% em IES públicas. Além disso, pontua também que o Ensino a Distância (EaD), em apenas dois anos de implementação, já ocupava 30% do total das vagas ofertadas (Iamamoto, 2010).

As autoras Pereira, Ferreira e Souza (2014) apresentam o crescimento das vagas do EaD e como se estenderam ao longo dos anos. Acerca do Serviço Social, teve-se um salto de zero vagas no EaD em 2006, para 51.836 em 2007, seguidas de 30.331 no presencial. Já em 2008, foi o ano com o maior número, contabilizando 159.594 vagas no EaD e 33.703 no presencial. Ainda contextualizam que nos anos seguintes, os números do EaD foram diminuídos, mantendo-se superiores ao presencial, no entanto em decréscimo, enquanto na segunda modalidade há um crescimento baixo e contínuo em suas vagas (Pereira; Ferreira; Souza, 2014).

Outro desafio encontrado na Formação em Serviço Social é a consolidação do Projeto Ético-Político construído pouco antes da virada do século. Acompanhado da dificuldade de implementação e materialização das Diretrizes Curriculares nas universidades privadas e na difícil articulação dos conteúdos das disciplinas com os núcleos de fundamentação pré-estabelecidos. Assim, a ABEPSS é a entidade responsável por fazer o processo de acompanhamento dos cursos e escolas, e aqui cabe outro comparativo, conforme regiões da ABEPSS, entre IES que oferecem o curso de Serviço Social em 2023, e quantas delas estão filiadas à entidade, conforme dados disponíveis no site da entidade.

Tabela 3: Oferta de cursos de serviço social por região da ABEPSS.

	Total de UFAs por região (E-MEC, 2023)	UFAs filiadas à ABEPSS (ABEPSS, 2023)
Norte	72	7
Nordeste	128	14
Centro-Oeste	22	4
Leste	69	15
Sul I	47	17
Sul II	67	18
Total	405	75

Fonte: elaborada pela autora com base no site da ABEPSS (maio 2023).

Sobre a Tabela 3, pode-se visualizar, principalmente, a discrepância em quantidades das Unidades de Formação Acadêmicas que são filiadas à ABEPSS e as que não são. Isso é um reflexo da mercantilização do Ensino Superior que se estende ao curso de Serviço Social, pois, ao entender que as instituições filiadas são, em sua maioria, as que construirão as entidades nos três âmbitos de representação (ABEPSS, CFESS/CRESS, ENESSO) — contendo alguns casos isolados de estudante ou profissional que se dispõe individualmente nessa representação —, é possível perceber que a precarização da

formação profissional pode estar associada à falta de vinculação direta à ABEPSS, especialmente na formulação curricular.

A ABEPSS tem como uma de suas finalidades, conforme o inciso III do Art. 2º, “Contribuir para a definição e redefinição da formação do assistente social na perspectiva do projeto ético-político profissional do Serviço Social na direção das lutas e conquistas emancipatórias” (ABEPSS, 2017, p. 2). As escolas filiadas possuem o direito de participar efetivamente das atividades da entidade e devem cumprir suas normas estatutárias. A desfiliação de algumas Unidades de Formação Acadêmicas (UFAs) pode ser vista como uma escolha intencional e política, indicando que determinadas instituições evitam assumir a responsabilidade acadêmico-profissional prevista para a Formação em Serviço Social, esquivando-se dos requisitos estabelecidos por essa entidade.

Além disso, para cursos com baixo número de estudantes, o valor anual da filiação, igual para todas as instituições, pode ser um fator que dificulta a manutenção da filiação. Como consequência, observa-se um processo de despolitização significativo, tanto nos cursos de Serviço Social quanto entre os profissionais formados nesses contextos, agravado pelos desafios específicos dos cursos na modalidade EAD, que apresentam sérios problemas relacionados à qualidade do processo formativo.

Além disso, sobre o desafio de **articulação do tripé de ensino, pesquisa e extensão (6)**, são encontradas dificuldades na ausência da pesquisa, que acaba sendo reduzida à realização do Trabalho de Conclusão de Curso. A extensão é identificada apenas se considerada a realização dos estágios, sendo a formação voltada ao ensino de disciplinas (que por vezes fogem da regulamentação) (Guerra; Backx; Repetti, 2013).

Tal processo formativo mercantil passa a estruturar o Ensino Superior a partir de formações acríticas, com caráter conservador, desvinculadas das lutas coletivas sociais, neutralizando a Questão Social e **despolitizando os movimentos populares (1)**, a fim de construir uma **formação aligeirada (6)**, com **baixo acesso (7)** da classe trabalhadora às IES, e a **ausência de políticas de permanência (3)** efetivas, que deem conta de garantir o início e fim da formação institucional com qualidade. Formando **profissionais imediatistas (5)** e generalistas, que não se vinculam à realidade social na qual se inserem. Além disso, tais profissionais passam frequentemente pela **precarização das relações de trabalho (14)**, dentro e fora das IES, com vínculos empregatícios fragilizados e flexíveis, contando com uma **autonomia relativa (2)** quase nula para garantir a permanência no emprego, ou ainda, arriscarem-se a entrar para o Exército Industrial de Reserva (EIR) por não aceitar as relações institucionais estabelecidas, que por vezes, ferem os princípios ético-políticos aos quais lutam a categoria profissional.

A partir dos desafios supramencionados, Abramides e Cabral (2019) apontam:

Os desafios postos à formação profissional em Serviço Social na atualidade se expressam concretamente nas relações sociais vivenciadas tanto individualmente, por profissionais e estudantes como parte da classe trabalhadora, quanto coletivamente como categoria representada nas organizações profissionais. Tais desafios projetam a profissão para o futuro, exigindo, no presente, a análise das determinações do passado que permitiram a

construção da direção social do Projeto Ético-Político Profissional.” (Abramides; Cabral, 2019, p. 77).

Diante disso, cabe às/aos estudantes e profissionais de Serviço Social, inseridas/os nesta realidade e propensos/as a vivenciar toda a precarização, sucateamento e mercantilização que a estrutura capitalista impõe a estas instituições, defender seu processo formativo e a execução de seu trabalho profissional com qualidade e compromisso com um projeto ético-político emancipatório, visando a construção de uma nova ordem societária onde tais relações impostas pelo capitalismo não mais existirão.

Frente aos desafios apresentados à Formação em Serviço Social, foram identificadas, nos 25 artigos publicados na Revista Temporalis e selecionados neste trabalho, as estratégias de resistência já desenvolvidas, ou que podem vir a se desenvolver, para seus enfrentamentos. Das 49 estratégias identificadas, apresenta-se abaixo a Tabela 4, que aponta as 10 mais citadas nas produções, quantificando-as por artigo em que aparece (e não em quantidades de vezes).

Tabela 4: Estratégias da categoria aos desafios à formação em serviço social.

Estratégia identificada	Artigos Citados	%
Diretrizes Curriculares	24	96%
Articulação das Entidades da Categoria	16	64%
ABEPSS Itinerante	7	28%
Lutas Coletivas	7	28%
Articulação com Movimentos Sociais	6	24%
Grupos Temáticos de Pesquisa ABEPSS	6	24%
REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais)	6	24%
Campanhas das Entidades da Categoria	5	20%
FIES	5	20%
PROUNI	5	20%
Outros (39 estratégias)	1-4	5%*

Fonte: elaborada pela autora com base na seleção de artigos contidos no Apêndice I do TCC que originou este artigo (jun. 2023).

*calculada a média sobre o número de artigos que são citadas as estratégias.

Pode-se observar que a estratégia das **Diretrizes Curriculares (DC)** aparece em quase todos os artigos analisados (24), por ser uma das políticas componentes do projeto ético-político. É por meio dela que as/os profissionais materializam tal projeto profissional, especialmente nos espaços institucionais de ensino. Por muito tempo o Curso de Serviço Social não seguiu uma estratégia curricular que de fato pensasse as demandas da classe trabalhadora e suas possibilidades de intervenção. É a partir das DCs que a reorganização do trabalho

profissional formativo se torna possível e defende uma proposta de formação alinhada a um projeto anticapitalista.

As demais estratégias, mesmo que também sejam destacadas na Tabela 4 com números consideráveis, entram em processo de diminuição acerca da apresentação quantitativa em números de artigos. Identifica-se que os desafios são maiores do que as estratégias alcançadas. Isto é, mesmo que a quantidade de suas localizações em quantidades totais seja aproximada, a aparição de vezes em que são encontradas junto aos artigos selecionados são menores. Enquanto os desafios se destacam dezenas de vezes nessas produções, as estratégias apresentam-se em grau muito menor. Com exceção das duas primeiras estratégias citadas na Tabela 4, que são indispensáveis para a articulação de qualquer outra em vários âmbitos profissionais, as demais apresentam um número de apresentações menor do que os dez desafios mais citados.

Esta diferenciação também pode ser considerada um desafio. No entanto, apesar das diferenças quantitativas entre ambos, tais estratégias são fortes o suficiente para dar conta da superação de muitos dos percalços encontrados pelo caminho. Já outras, apenas serão contempladas com a superação do sistema capitalista.

Diante de todos os desafios apresentados e contabilizados no levantamento de dados feito pela estudante, chega-se o momento de apresentar de fato: as estratégias desenvolvidas pela categoria profissional frente aos desafios impostos à Educação Superior e a articulação com a Formação em Serviço Social.

Desta forma, inicia-se apresentando a estratégia mais identificada nos artigos, a qual faz referência direta às **Diretrizes Curriculares (DC) da ABEPSS** de 1996. O fato de as DC estarem sendo aqui tratadas como estratégia direta e não como metodologia para fortalecer outras estratégias é porque é a partir delas que o projeto de formação profissional tem uma direção a ser seguida. Sem as diretrizes, muitos dos desafios anteriores poderiam, inclusive, sequer serem questionados. É por ter esta base teórico-política que a estudante se ancora nela como sendo a principal.

A formação profissional sofreu diretamente com a implementação da LDB (1996) alguns anos depois da implementação desta e das DCs, por conta da sua associação com as políticas neoliberais propostas pelos governos no Brasil no início do século (Abreu, 2013). A mesma autora ainda destaca que a aprovação das Diretrizes do MEC “já anunciavam a visão reducionista e pragmática dos organismos internacionais presentes na política de Ensino Superior que se efetivará a partir deste período” (Abreu, 2013, p. 119).

Pode-se dizer que o mesmo ocorre com a **Política Nacional de Estágios (4)**, que é criada pela ABEPSS para referenciar, de forma responsável e ética, o estágio supervisionado em Serviço Social, visto que o processo de eadização da educação se torna um grande problema ao que tange à formação profissional. A Política Nacional de Estágios (PNE) da ABEPSS, assim como as Diretrizes Curriculares, são importantes subsídios frente à descaracterização do MEC no que tange à formação profissional. Desta forma, as leis que regulam a formação são dadas, prioritariamente, pela ABEPSS, como forma de enfrentamento à realidade de precarização do Ensino Superior.

A ABEPSS também organiza outras atividades que são tidas como estratégias da categoria profissional nos artigos analisados, por serem espaços formativos, que capacitam as/os profissionais a atuarem no enfrentamento das demandas apresentadas pela conjuntura à classe trabalhadora nos mais diversos espaços sociais. De exemplo, cita-se a **ABEPSS Itinerante (7)**, que possibilita a socialização de reflexões no contexto contraditório de precarização da educação e avanço das conquistas emancipatórias (Abreu, 2013). O objetivo do Projeto ABEPSS Itinerante é:

Fortalecer as estratégias político-pedagógicas de enfrentamento à precarização do Ensino Superior, por meio da difusão ampla dos princípios, conteúdos e desafios colocados para a consolidação das Diretrizes Curriculares como instrumento fundamental na formação de novos profissionais, na direção do plano de lutas em defesa do trabalho e da formação e contra a precarização do Ensino Superior (ABEPSS, 2023).

Além disso, outras estratégias apontadas nos artigos analisados, são a realização das **Oficinas Nacionais e Regionais da ABEPSS (2)**, a construção do **Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação Profissional (2)** e a organização e construção orgânica do **Fórum em Defesa do Trabalho e Formação com Qualidade (1)**. Esses espaços são formativos e deliberativos, organizados pela ABEPSS, em conjunto com as demais entidades da categoria, a fim de elaborar ações e estratégias que contemplem a realidade das instituições de ensino no âmbito da Formação em Serviço Social. Tem como objetivo qualificar ainda mais as instituições que a profissão se insere, e ampliar a participação de profissionais e estudantes nos processos de pensar a formação profissional como um todo.

Outra construção da ABEPSS é a constituição dos **Grupos Temáticos de Pesquisa (6)**, que são divididos em *subtemas* que visam contemplar os debates que são ou não trabalhados dentro da sala de aula. Esses grupos produzem acúmulos acerca dos temas: Trabalho, Questão Social e Serviço Social; Política Social e Serviço Social; Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; Movimentos Sociais e Serviço Social; Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades; Ética, Direitos Humanos e Serviço Social, e; Serviço Social, Geração e Classes Sociais.

Sobre os GTPs,

[...] foram criados em 2010 no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), realizado no Rio de Janeiro, com o intuito de servirem de base para criação de redes de pesquisadores e interlocuções entre pesquisas, no sentido de se tornarem um espaço estratégico de resistência ao produtivismo, ao isolamento entre os pesquisadores e à precarização da formação seja na graduação e na pós-graduação, pela via do fortalecimento da pesquisa e da produção de conhecimento na área de Serviço Social. Várias ações vêm sendo realizadas desde então pelas comissões coordenadoras dos sete GTPs para implementar essa iniciativa nas consecutivas gestões da ABEPSS (Mauriel, 2017, p. 263).

Dessa forma, os GTPs vêm desenvolvendo amplas pesquisas sobre as temáticas organizadas em cada um, as quais perpassam a realização e apresentação de trabalhos nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS).

Entendendo o fundamento de defender o código de ética e o projeto profissional junto às demais profissões que também compactuam dele, ainda se baseiam outras grandes estratégias, são elas: a **articulação entre as entidades da categoria (16)**, através de espaços de formação política, posicionamentos; **campanhas coletivas (5)**; e, também, a **articulação com Movimentos Sociais (6)**, que debatem e trabalham, especialmente, nas questões de combate às opressões. Destaca-se que essa última temática é trabalhada de forma muito superficial no processo de graduação do Serviço Social em muitas IES, especialmente nas privadas, em decorrência das mudanças nos Planos de Execução Curriculares, direção a partir de uma concepção privada de ensino, entre outros. Nessa perspectiva, são lacunas que podem ser trabalhadas por meio da inserção do MESS e nas mais diversas **lutas coletivas (7)** e populares.

Ao entender que o Serviço Social não deve, não pode e não vai fazer a construção de uma sociedade livre de opressões sozinho, é imprescindível que a articulação das entidades e dos movimentos sociais ocorram de forma simultânea e contínua, uma vez que é somente através da luta coletiva que se tem chances de enfrentar as armadilhas do capital que se articulam para precarizar ainda mais a vida da classe trabalhadora em todos os âmbitos.

Ainda sobre essas articulações, cabe destacar que, para a ausência de debates acerca das diversas opressões presentes na sociedade e geradas pelo capitalismo, a ABEPSS desenvolve construções que servem de subsídios para debates nos espaços de formação profissional, direcionando a construção de ações relacionadas a essas temáticas. Esse é o caso do artigo encontrado na pesquisa bibliográfica que menciona os **“Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na Formação em Serviço Social” (1)**.

Pode-se pontuar, a partir do método materialista histórico-dialético, a contradição presente nos **programas sociais de acesso à universidade**, como o **PROUNI (5)**, **REUNI (6)** e **FIES (5)**, que, ao mesmo tempo que citados como desafios, também podem ser entendidos como estratégias de resistência. Mesmo considerando que são apenas migalhas de oportunidades e vagas disponibilizadas, por muitas vezes até aqui, foram a única forma pela qual filhos e filhas da classe operária puderam acessar o Ensino Superior, especialmente pontuando e problematizando as contradições de tais programas que utilizaram para esse acesso. A consciência crítica desenvolvida no processo de formação é importante para o desenvolvimento de profissionais éticos e responsáveis. Também neste trabalho, mais precisamente no capítulo 1 e início deste subcapítulo, são apresentadas críticas acerca dos programas sociais e como rebatem nas demandas de formação.

Outras estratégias adotadas pela categoria profissional são as de **qualificação profissional e estudantil (2)**, a partir de estudos constantes da realidade, realizando **espaços de reuniões (1)** e de conhecimento e reflexão. Acrescenta-se também a construção de **mapeamentos (1)** e a socialização de tais dados coletados à toda categoria, reforçando a importância da pesquisa sobre a realidade para, a partir dela, construir estratégias. Ocorre que a incidência acerca dessa possibilidade é pequena devido às dificuldades de realização de pesquisa em diversas IES; a **ampliação de debates (1)** com a categoria sobre as questões da formação; e a construção de **fóruns de debates e supervisões (1)**, que pensam a formação de forma interventiva entre seus/suas participantes, também permitem

qualificar as estratégias frente a dados de realidade apresentados por seus/suas participantes.

Para melhor materialização desta qualificação profissional, o CFESS possui uma **Política de Educação Permanente (4)** que se constitui como uma proposta de formação e qualificação profissional, de forma crítica e contínua. Ainda, Nascimento e Oliveira (2016):

A Educação Permanente no exercício profissional constitui-se uma possibilidade, para pensar o fazer profissional e sua dimensão investigativa como o processo contínuo de aprendizagem que se dá por meio da reflexão crítica sobre os processos de trabalho, tendo em vista que a formação não se encerra na academia, a construção dos saberes sobre a ação profissional na dinâmica social exige um aprimoramento intelectual (Nascimento; Oliveira, 2016, p. 154).

Ora, ao considerar que a atuação profissional ocorre num constante processo de adaptação às diversas conjunturas, pensar a educação de forma permanente é pensar também o trabalho em Serviço Social cada vez mais qualificado a partir de seus princípios éticos. Tal proposta apresentada pelo CFESS é uma estratégia direta contra a precarização do ensino, que na realidade de hoje encontra-se submetido às mazelas do sistema capitalista que só conduz para sua própria manutenção. Pensar a formação permanente, é garantir que os quadros profissionais não caiam no imediatismo, mas sim, permaneçam refletindo de forma crítica e articulada com a realidade social.

Entende-se destas estratégias de enfrentamento, que são contínuas, até que se vençam os desafios. Até que novos desafios surjam e novas possibilidades de enfrentamento sejam elaboradas também. O Serviço Social articulado com a realidade em qual se insere, permanece em compromisso ético com a superação da ordem hegemônica capitalista, e pela construção de uma sociedade emancipada e emancipadora.

Considerações finais

O Serviço Social enfrenta os mesmos desafios impostos ao Ensino Superior, mas desenvolve estratégias específicas, alinhadas às suas particularidades e ao seu projeto ético-político. Essas ações são estruturadas principalmente por meio das lutas coletivas da categoria e da articulação com movimentos sociais, priorizando a formação política, o debate de temáticas fundamentais e a construção de espaços deliberativos que permitam materializar estratégias de enfrentamento.

Os impactos da atual configuração do Ensino Superior na formação profissional se evidenciam em dois aspectos principais: primeiro, pelo fato de a formação ocorrer majoritariamente dentro das Instituições de Ensino Superior, submetendo-se aos seus reflexos estruturais e políticos; segundo, pela necessidade de a profissão articular defesas e mediações críticas diante das contradições presentes nesses espaços. Não se trata de aceitar passivamente tais condições, mas de compreendê-las e enfrentá-las para manter uma formação crítica e de qualidade.

Os resultados analisados demonstram uma discrepância significativa entre a quantidade de desafios e as estratégias disponíveis para superá-los. É necessário reconhecer que o Serviço Social, mesmo com suas entidades organizadas, não é capaz de resolver, de forma

isolada, problemas estruturalmente vinculados ao sistema capitalista. Romper com a visão endógena que coloca a profissão como “salvadora” é essencial, uma vez que apenas uma articulação coletiva ampla, comprometida com transformações sociais, pode enfrentar tais desafios e, em última instância, viabilizar a destituição do próprio capitalismo.

Nesse contexto, a campanha do CFESS de 2023 — “Serviço Social, uma profissão necessária para o Brasil” — reforça o papel da profissão no enfrentamento das expressões da questão social e na defesa de um projeto que visa “uma nova ordem societária”. Contudo, trata-se de uma profissão atravessada por contradições, pois atua em instituições que, ao mesmo tempo em que possibilitam intervenções, podem também relativizar sua autonomia e contribuir indiretamente para a manutenção da ordem capitalista.

A disputa pelo fortalecimento do projeto ético-político exige uma dupla articulação: manter a presença e a relevância da profissão nos espaços sócio-ocupacionais e, paralelamente, defender cursos presenciais, públicos e de qualidade, sustentados pelas Diretrizes Curriculares. Esse compromisso conecta-se também à construção do Movimento por uma Universidade Popular, que busca ampliar lutas, pautas e ações em escala nacional para garantir o acesso e a permanência da classe trabalhadora na educação superior.

Defender um ensino gratuito, laico, popular, socialmente referenciado e comprometido com a emancipação humana é um dos maiores desafios, pois exige enfrentar forças que atuam para inviabilizar sua materialização. Ainda assim, conforme orienta o próprio projeto ético-político, tal defesa deve ser entendida como um compromisso inegociável de todo estudante e profissional do Serviço Social que se propõe a construir a profissão de forma crítica, articulada e alinhada à luta por uma sociedade sem exploração e com sujeitos plenamente emancipados.

Referências

ABEPSS. **Estatuto da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Vitória/ES: 2017. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/estatuto/>. Acesso em: 29 maio 2023.

ABRAMIDES, Maria B. C.; CABRAL, Maria do S. R. **Congresso da virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências - 40 anos do “Congresso da Virada”**. São Paulo: Cortez, 2019.

ABREU, Maria H. E. A experiência da ABEPSS itinerante: a atualidade do projeto de formação profissional frente à contrarreforma da educação. **Revista Temporalis**, v. 13, n. 25, p. 113–132, 2013. DOI: 10.22422/2238-1856.2013v13n25p113-132. Disponível em: <https://ask.orkg.org/item/484692664/A-EXPERIENCIA-DO-PROJETO-ABEPSS-ITINERANTE:-A-ATUALIDADE-DO-PROJETO-DE-FORMACAO-PROFISSIONAL-FRENTE-A-CONTRARREFORMA-DA-EDUCACAO>. Acesso em: 28 mar. 2026.

ALVES, Alvaro M. O método materialista histórico-dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 9, n. 1, 2010. Disponível em:

<https://revpsico-unesp.org/index.php/revista/article/download/103/106>. Acesso em: 28 mar. 2026.

BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do/a Assistente Social - Lei 8662/93**. 10. ed. rev. e atual. Brasília: 2012.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUERRA, Yolanda; BACKX, Sheila; REPETTI, Gustavo. O lugar da pesquisa na formação profissional: algumas questões a partir dos relatórios das regionais da ABEPSS.

Temporalis, v. 13 n. 25, p. 205-232, jan./jun. 2013. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5017102.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2026.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, ano 2, n.3, p. 9–32, jun./jan. 2001. Disponível em:

<https://www.unirio.br/cchs/ess/Members/rafaela.ribeiro/introducao-ao-servico-social-2024.2/revista-temporalis-n-3-a-questao-social-no-capitalismo-iamamoto-m/view>. Acesso em: 28 mar. 2026.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

MAURIEL, Ana Paula O. Os Grupos Temáticos de Pesquisa da ABEPSS na relação entre pós-graduação e graduação. **Revista Katálisis**, v. 20, n. 2, p. 262–271, maio/ago. 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rk/a/xFsRJwNKCCZWRz9FvY7q77R/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 mar. 2026.

NASCIMENTO, Chrislayne C. dos S.; OLIVEIRA, Carla M. de. Educação permanente e Serviço Social: apontamentos sobre a formação profissional. **Temporalis**, v. 16, n. 31, jan./jun. 2016. DOI: <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2016v16n31p133-166>. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/12321>. Acesso em: 28 mar. 2026.

NASCIMENTO, Clara M. do. **A universidade brasileira sob o padrão de reprodução do capital nos anos 2000**. 2022. 196p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/243799>. Acesso em: 28 mar. 2026.

PEREIRA, Larissa D.; FERREIRA, Andreza T. dos S.; SOUZA, Andréa C. V. de. Análise comparativa entre expansão dos cursos de Serviço Social EAD e presenciais. **Temporalis**, ano 14, n. 27, p. 181–202, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5017158.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2026.

PRATES, Jane C. O planejamento da pesquisa social. **Temporalis**, ano 4, n. 7, jan./jun. 2003, 2004. Disponível em: <https://media.webfans.com.br/abepss/uploads/2022/04/TEMPORALIS-4.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2026.

Submetido em: 18/9/2025

Revisto em: 5/1/2026

Aceito em: 7/1/2026